



INSTITUTO
NOJURI'S
Treinamento para Gestão
Pública de Resultado

O PAPEL DAS COMISSÕES PERMANENTES NA FISCALIZAÇÃO E ANALISE DAS RECEITAS MUNICIPAIS À LUZ DAS NORMATIVAS DO PROLEGIS DO TCE-PR



Curitiba

Local: Hotel Victoria Villa



JUNHO

Dias: 23, 24, 25 e 26



Palestrante Principal:

Dr. Odacir Junior



MODO CLÁSSICO

é a abordagem estruturada e abrangente que apresenta às informações essenciais sobre o tema proposto inerentes ao curso.

A proposta vem ao encontro onde os alunos participantes aprendam conceitos pertinentes ao temário apresentado.

Já que a importância das políticas públicas são uma resposta do Estado às necessidades do coletivo que, por meio do desenvolvimento de ações tem como objetivo o bem-comum e a diminuição da desigualdade social.



Inscreva-se já e não perca tempo!



(45) 99853-2222 | (45) 99831-2222

Site: www.nstreinamentos.com.br

E-mail: contato@nstreinamentos.com.br

O curso tem como objetivo Capacitar vereadores, membros das Comissões Permanentes, servidores públicos, assessores parlamentares e demais agentes envolvidos na atividade legislativa para atuarem de forma técnica, preventiva e estratégica na fiscalização e análise das receitas municipais, fortalecendo o papel constitucional do Poder Legislativo no controle da gestão pública. O curso busca aprimorar o conhecimento sobre arrecadação municipal, responsabilidade fiscal, transparência pública e mecanismos de controle externo e interno, proporcionando uma compreensão prática das competências das comissões legislativas na análise de demonstrativos fiscais, relatórios contábeis, metas de arrecadação, renúncias de receita, dívida ativa e transferências constitucionais. Também tem como finalidade orientar os participantes quanto às diretrizes, critérios de avaliação e boas práticas estabelecidas pelo PROLEGIS-TCE-PR, contribuindo para o fortalecimento da governança, da eficiência administrativa, da transparência institucional e da prevenção de irregularidades que possam gerar apontamentos pelos Tribunais de Contas.

Público-alvo

- Prefeitos
- Vereadores
- Diretores
- Chefes de Gabinete
- Servidores ligados à contabilidade, orçamento, finanças, planejamento, licitações, controle interno, recursos humanos, comissões em geral
- Secretários Municipais
- Presidentes de Câmara
- Equipe da Assessoria do Legislativo Municipal
- Assessores Parlamentares
- Procuradores
- Advogados
- Gestores de Entidades Públicas Municipais

Palestrante



Palestrante

Dr. ODACIR CRISTOVAN FIORINI JÚNIOR

Mestrando em Direitos da Personalidade pelo Centro Universitário de Maringá, onde concluiu a graduação em Direito (2007). Também possui pós-graduação Latu-Sensu em Informática Educacional (2001) e graduação em Processamento de Dados pelo Centro Universitário de Maringá (1999). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Teoria Geral do Direito, Direito Constitucional e áreas afins. Possui experiência em programas de Gestão de Qualidade e ferramentas da Qualidade. Atuou como gestor do programa 5S na Copel. Procurador Jurídico da Câmara de Vereadores de Maringá. Foi Gerente Jurídico do PROCON em Maringá entre 2018 a 2020. Advogado Militante nas áreas de Direito Público, Administrativo, Eleitoral e do Consumidor.

A programação deste curso pode ser alterada sem aviso prévio, bem como o cancelamento e inclusão de novos professores.



Inscreva-se já e não perca tempo!

(45) 99853-2222 | (45) 99831-2222

Site: www.nstreinamentos.com.br

E-mail: contato@nstreinamentos.com.br

Programação

Dia 23/06/2026 - Das 16h às 18h

Credenciamento e inscrições de alunos.

Dia 24/06/2026 - Das 09h às 12h

Confirmação das Inscrições e credenciamento dos alunos.
Entrega das Apostilas e material de apoio.
Abertura do Evento com exposição dos temas a serem abordados

Dia 24/06/2026 - Das 14h às 17h

Exposição didática dos temas sugeridos

Dia 25/06/2026 - Das 09h às 12h

Exposição didática dos temas sugeridos

Dia 25/06/2026 - Das 14h às 17h

Exposição didática dos temas sugeridos

Dia 26/06/2026 - Das 09h às 11h

Espaço para debates, dúvidas, temas livres e encerramento com entrega dos Certificados.

Conteúdo Programático

O PAPEL CONSTITUCIONAL DO PODER LEGISLATIVO NA FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS PÚBLICA

- Competências constitucionais das Câmaras Municipais.
- Função fiscalizadora do vereador e das Comissões Permanentes.
- O controle interno, externo e social da administração pública.
- A fiscalização preventiva como instrumento de governança pública.
- Responsabilidade institucional do Legislativo municipal.
- Transparência, accountability e eficiência na gestão pública.

RECEITAS MUNICIPAIS: CONCEITOS, CLASSIFICAÇÃO E FONTES DE ARRECADAÇÃO

- Conceito de receita pública.
- Receitas correntes e de capital.
- Receita tributária municipal: IPTU; ISS; ITBI; taxas e contribuições.
- Transferências constitucionais e legais: FPM; ICMS; FUNDEB; convênios e emendas parlamentares.
- Dívida ativa e recuperação de créditos públicos.
- Renúncia de receita e incentivos fiscais.
- Impactos da arrecadação no planejamento municipal.

PROLEGIS-TCE-PR E OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

- Estrutura e objetivos do PROLEGIS.
- Os eixos de avaliação do Legislativo municipal.
- Governança, transparência e fiscalização legislativa.
- Boas práticas exigidas pelo TCE-PR.
- Documentos e evidências avaliadas.
- Como as comissões influenciam os indicadores do PROLEGIS.
- Prevenção de apontamentos e recomendações do Tribunal de Contas.
- Planejamento institucional para melhoria dos índices.

ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES

- Finalidade das Comissões Permanentes no processo legislativo.
- Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização.
- Competências regimentais e legais das comissões.
- Emissão de pareceres técnicos e legislativos.
- Procedimentos de convocação, diligências e requisição de informações.
- Atuação integrada entre procuradoria, controladoria e comissões.
- Responsabilização por omissão fiscalizatória.

FISCALIZAÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS NA PRÁTICA

- Como analisar relatórios fiscais e contábeis.
- Leitura e interpretação de: RREO; RGF; balancetes; demonstrativos de arrecadação.
- Indicadores de queda ou inconsistência na arrecadação.
- Cruzamento de dados e fiscalização preventiva.
- Fiscalização da dívida ativa e eficiência arrecadatória.
- Identificação de possíveis irregularidades fiscais.
- Medidas legislativas diante de indícios de inconsistências.

LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E O CONTROLE LEGISLATIVO

- Princípios da responsabilidade na gestão fiscal.
- Limites constitucionais e legais.
- Renúncia de receita e exigências legais.
- Audiências públicas de metas fiscais.
- Fiscalização do cumprimento das metas de arrecadação.
- Controle das alterações orçamentárias.
- Impactos fiscais das leis aprovadas pela Câmara.
- Responsabilidade dos agentes públicos.

VALOR DA INSCRIÇÃO: R\$ 2.790,00.

Incluso material de apoio, apostilas, certificado e coffee break.

Empenhamento e Depósito em nome de:

INSTITUTO NOJURI'S.

CNPJ 66.284.337/0001-86

PIX: 66.284.337/0001-86

AG 3164-0 - C/C 54992-4

Banco do Brasil

NOSSA EQUIPE



Angélica
(45) 99853-2222



Jakeline
(45) 99831-2222



Elizabeth
(45) 99833-5400



Professor Normélio Schneider
(45) 99934-1188



Normelio Junior
(47) 99216-1008